



Assembleia-Geral da EAPN 2008 – Declaração Final

Garantir uma herança duradoura de 2010 (Ano Europeu de luta contra a pobreza e exclusão social)

De 25 a 27 de Setembro de 2008, a EAPN organizou a sua décima nona Assembleia-Geral em Albena, na Bulgária. Neste evento a EAPN deu as boas-vindas a uma nova rede nacional: a EAPN da Roménia.

É fundamental prepararmos atempadamente este Ano Europeu, se pretendemos que seja um sucesso. Assim, reunidos sob a lema «**Garantir uma herança duradoura de 2010**», os delegados da Assembleia-Geral adoptaram a seguinte declaração.

A Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN)

- Tendo em consideração o **Pacote social** apresentado pela Comissão europeia a 2 de Julho de 2008;
- Tendo em consideração a implementação da **Agenda de Lisboa renovada e da Estratégia de inclusão da UE (MAC social)**;
- Tendo em consideração as recentes **decisões do Supremo Tribunal de Justiça** das Comunidades europeias no que respeita aos direitos dos trabalhadores destacados;
- Tendo em consideração a falta de progresso no desenvolvimento de um quadro europeu eficaz, capaz de **garantir o acesso a serviços públicos de qualidade**;
- Consciente de que o número de pessoas que vivem em situação de pobreza na UE se mantém e em determinados países aumenta;
- Consciente das ameaças crescentes **aos direitos sociais tão dificilmente adquiridos**, e da precariedade que atinge cada vez mais os cidadãos e residentes da UE;
- Consciente de que as **perdas decorrentes da actual crise financeira** atingem de maneira desproporcional as pessoas em situação de pobreza (sobretudo devido ao aumento dos preços da energia, da habitação e dos bens alimentares);
- Consciente de que chegamos ao fim do actual mandato de cinco anos das instituições da UE.

Declara que:

- A EU, outrora vista como promotora de um modelo social europeu, corre hoje o **risco de ser considerada como a defensora das liberdades do mercado, em detrimento dos direitos sociais**;
- O compromisso assumido em favor do crescimento económico não assegurou nem uma **redução da pobreza nem uma maior coesão social**;

- Apesar das declarações políticas em favor do reforço da luta contra a pobreza e a exclusão social, verificou-se que, em vários Estados membros e a nível da UE, se torna **cada vez mais difícil obter um compromisso político sério e uma atenção real para a luta contra a pobreza e a exclusão social**;
- É cada vez mais frequente as pessoas em situação de pobreza serem responsabilizadas pela pobreza em que vivem e serem “empurradas” para empregos de má qualidade e de baixa remuneração;
- **Os crescentes ataques aos direitos humanos**, sobretudo em relação às minorias étnicas (entre os quais os Ciganos) e aos migrantes (entre os quais aqueles que não possuem documentos), bem como a falta de uma legislação forte em defesa da igualdade e contra as discriminações, deverão ser causas de grande preocupação.
- Os governos devem desempenhar um papel mais activo de modo a gerir as rupturas do mercado livre regulando o sistema económico;

Os delegados reiteraram a sua convicção de que 2010 – Ano europeu de luta contra a pobreza e exclusão social – tem um significado ainda maior à luz destas constatações. Nós, representantes de ONG’s, que trabalhamos com e pelas pessoas em situação de pobreza e exclusão social em toda a União Europeia – apelamos à UE e aos seus Estados membros que garantam uma herança duradoura de 2010, **sinónimo de uma vida decente para todos**. Nesse sentido, o Ano de 2010 deve produzir mensagens credíveis, nomeadamente as seguintes:

- **O progresso social é possível** e todas as políticas devem contribuir para a luta contra a pobreza e para a inclusão social;
- **Os estereótipos relacionados com as «pessoas que vivem em situação de pobreza» devem ser combatidos** e o respeito pelos direitos humanos (incluindo os sociais e económicos) deve ser defendido, como base de uma sociedade decente;
- **É necessário mais e melhor democracia**, incluindo a infra-estrutura para uma democracia participativa adequadamente financiada;
- É possível obter uma **redistribuição equitativa da riqueza**, devendo igualmente ser reconhecida a importância da riqueza pública;
- A luta contra a pobreza na Europa e a luta contra a pobreza no mundo **inscrevem-se num mesmo movimento**.

Acções concretas a nível da UE que podem apoiar estas mensagens incluem:

- Dotar a UE de um **Pacto para o Progresso Social** no sentido de chamar a atenção política para a necessidade de repor a coesão social e a luta contra a pobreza no topo da agenda da UE e no centro da estratégia pós-Lisboa;
- Garantir que a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais é respeitada na íntegra e a sua aplicação reforçada através de actos jurídicos;
- Fixar **objectivos ambiciosos** à escala da UE e dos seus Estados membros a fim de erradicar a pobreza e a exclusão social na União Europeia até 2020, fazendo-se a avaliação através de **um quadro anual** com os resultados obtidos, facilmente perceptível;
- Definir um **indicador de progresso social** que vá para além de uma avaliação baseada no Produto Interno Bruto (PIB) e que tenha mais em consideração a qualidade de vida dos cidadãos;

- Garantir que todos os Estados membros progridam de modo a que os seus **mecanismos de rendimento mínimo atinjam um nível de remuneração adequado a uma vida digna**;
- Garantir a implementação da **legislação europeia existente no que respeita à luta contra a discriminação** e propor a sua melhoria, no intuito de reforçar o quadro europeu da igualdade e da luta contra as discriminações;
- Criar a nível europeu uma instância independente que seja capaz de verificar se os direitos do Homem são respeitados nos centros de detenção para migrantes e requerentes de asilo;
- Definir directrizes específicas, princípios e marcos de referência de **boa governação para as políticas de inclusão social** que garantam a participação das pessoas em situação de pobreza;
- Criar um novo **programa comunitário de luta contra a pobreza e exclusão social** capaz de apoiar a estratégia de inclusão social da UE. Este programa deve assegurar que os fundos estruturais da UE contribuam para atingir os objectivos de combate à pobreza à exclusão social;
- Estudar a implementação de uma taxa europeia sobre as transacções financeiras no quadro da reforma do orçamento da UE.

Os delegados da Assembleia-Geral expressaram o seu **compromisso para trabalhar em parceria com outros actores**, a fim de identificar o que poderia ser **a herança de 2010 a nível local, regional e nacional**, e contribuir para a obtenção de um **legado a nível europeu em consonância com a presente declaração**.



Resolução de Urgência

Apresentada pelo Comité Executivo à 19ª Assembleia Geral da EAPN

Foi há pouco menos de 3 meses que a Comissão assumiu o compromisso – na agenda social renovada (apresentada a 2 de Julho) – de produzir **um conjunto equilibrado de Recomendações sobre a Inclusão Activa** abrangendo os pilares da adequação dos rendimentos, do acesso aos serviços e do acesso ao emprego. A Comissão parece agora preparar-se para abandonar este compromisso, situação que indignou os delegados da 19ª Assembleia-Geral da EAPN. A notícia é ainda mais surpreendente uma vez que este compromisso tinha recebido o apoio dos Estados membros (através do Comité de Protecção Social) bem como do Parlamento Europeu.

Os membros da EAPN estão muito preocupados pois se a Comissão falha este compromisso, assistir-se-á, por conseguinte, ao desmoronar da estratégia europeia para a Inclusão (o MAC social); de facto, tratava-se de um dos mais importantes compromissos assumidos na Agenda Social renovada com o propósito de consolidar esta estratégia.

Os delegados da Assembleia-Geral formularam um pedido para que a sua profunda preocupação, face a este último acontecimento, fosse comunicada de imediato ao Colégio dos Comissários Europeus. Solicitaram ainda que a sua preocupação fosse transmitida aos Primeiros-Ministros, aos Ministros dos Assuntos Sociais dos Estados membros, ao Presidente do Parlamento Europeu e aos membros da Comissão do Emprego e Assuntos Sociais do Parlamento, pedindo-lhes que apelassem à Comissão para que esta cumprisse o seu compromisso inicial.

Se a posição final da Comissão se tornar conhecida antes da Mesa Redonda sobre a Inclusão Activa (prevista para 15 e 16 de Outubro em Marselha sob a égide da Presidência Francesa) e se ela não honrar o compromisso inicial, a EAPN deveria actuar na Mesa Redonda juntamente com outros participantes para que a nossa indignação seja clara e visível aos olhos dos representantes da Comissão Europeia.